

-----ACTA N.º 05-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 DE SETEMBRO-----

-----Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2012, pelas 18.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão ordinária, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Tomar conhecimento dos Relatórios e Contas – 1.º Semestre 2012 – Câmara Municipal de Torres Vedras – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras – Promotorres, Promoções de Eventos e Gestão de Equipamentos E.E.M., para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 3 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01, na sua atual redação;-----

-----**2.º Ponto** - Discussão e Votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2012, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**3.º Ponto** - Fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2012 a aplicar em 2013, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**4.º Ponto** - Fixação da taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2013 a cobrar em 2014, a que os municípios têm direito em cada ano, tendo presente o art.º 20.º da Lei 2/2007 de 15.01;-----

-----**5.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras, ao lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2013, no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação;-----

-----**6.º Ponto** - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2013, prevista na Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Electrónicas, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18.09 na sua atual redação;-----

-----**7.º Ponto** – Autorizar a abertura de procedimentos concursais ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do art.º 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008 de 31/12 e 3-B/2012 de 28.04, 34/2010 de 02/09 e 55-A/2010 de 31/12;-----

-----**8.º Ponto** - Área de Reabilitação Urbana nos termos do Decreto-Lei 307/2009 de 23 de outubro – Prédios Devolutos e Degradados – Benefícios, Incentivos e Penalizações Fiscais;-----

-----**9.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual – Fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento público – gasolinas e gasóleos para frota de viaturas do município de Torres Vedras – Ajuste direto - em cumprimento do estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

-----**10.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual –

Preparação do ano letivo de 2012/2013 – Serviço de Apoio à Família – Atividades de Enriquecimento Curricular - Programa de generalização de refeições e regime de fruta escolar, em cumprimento do estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

-----**11.º Ponto** – Discussão e votação da versão final do Plano de Pormenor do Alto do Seixinho para efeitos do n.º 1 do art.º 79.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na redacção dada pelo Decreto Lei n.º 46/2009 de 20.02;-----

-----**12.º Ponto** – Ratificação de Declaração de Interesse Municipal, para ampliação de Lar de Idosos - Rua do Retiro, n.º 1 – Palhagueiras - Freguesia de A-dos-Cunhados, requerido por Década Dourada - Casa de Repouso, Lda, referente ao processo de Obras OP/500/1992 em cumprimento da alínea d) do n.º 1 do art.º 130.º do PDM em vigor;-----

-----**13.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual – Elaboração do projeto de execução de arquitetura e especialidades para o Centro Cívico de Santa Cruz, em cumprimento do estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21.02;-----

-----**14.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual – Elaboração do Projeto do Centro de Artes do Carnaval, em cumprimento do estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

-----**15.º Ponto** - Autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Rede Mundial das Cidades Amigas dos Idosos, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09 na sua actual redacção;-----

-----**16.º Ponto** – Nomeação de um cidadão eleitor para integrar a comissão alargada de Protecção de Crianças e Jovens, nos termos da alínea l) do art.º 17.º da Lei 147/99;-----

-----**17.º Ponto** - Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

-----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, José António do Vale Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Marco Henriques Claudino, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Francisco Cruz Branco da Silva, Maria João Carvalho Franco Roque Alves, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Rui José Prudêncio, , Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Ana Paula dos Santos Ventura Faria, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Graça Maria Martinho da Silva, Ana Cristina Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando

Lopes Gomes, José Manuel Cristóvão, João Francisco Mota Tomás, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Martins, Sérgio Matias Rodrigues Calado, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso, Bernardino Eugénio da Cruz Jorge e Maria Manuela Horta Silva Pacheco.-----

-----Faltaram os membros João Paulo Moreira dos Reis, Ana Elisa Pedreira Martins, Paulo Jorge Marques Marreneca, Pedro Jorge da Vasa Santos e Horácio Orlando da Silva.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Maria Paula da Silva Roseiro Paulo Lopes e Bruno Miguel Félix Ferreira.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia informou que após o envio da convocatória chegou aos serviços um pedido de aditamento à agenda, que colocou à consideração da Assembleia e que teve a anuência de todos os presentes. Mais informou que seria discutido a seguir ao ponto 10.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

-----Anota-se que foram numerados três documentos que a seguir se indicam: -----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 1:-----

-----E-mail de Susana Maria Ribeiro das Neves, de 27 de setembro a solicitar substituição à sessão, que não pode estar presente por motivos profissionais.-----

-----Encontrava-se presente em sua substituição Bernardino Eugénio da Cruz Jorge.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO ART.º 38.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail da Junta de Freguesia da Silveira de 27 do mês findo a informar que o seu presidente Mário Miranda não pode estar presente e encarregou em substituição o Sr. Sérgio Matias Rodrigues Calado.-----

JUSTIFICACÃO DE FALTA:-----

DOCUMENTO 3:-----

-----E-mail da Junta de Freguesia de Freiria de 27 de Junho a informar que por motivos profissionais

inadiáveis não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de Junho, pelo que solicita que a sua falta seja considerada justificada.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência e aceitou as justificações de faltas apresentadas.-----

-----O Sr. Secretário da Mesa, por indicação do líder da bancada do PS, informou que o membro António Carneiro solicitou a sua substituição pelo que se encontrava presente a Sra. Maria Manuela Horta da Silva Pacheco.-----

SANTA CRUZ/VERÃO DE 2012:-----

-----O *Sr. Francisco Branco* disse que foi com muita felicidade que este ano viu pelas ruas das praias entre Santa Cruz e Porto Novo muitos cidadãos a procurar as praias do concelho.-----

-----Fez notar que há muitas razões que explicam as enchentes neste verão, tais como o bom tempo que se fez sentir, a beleza das praias, o embelezamento feito nos últimos anos, a animação de rua que tem sido preocupação da autarquia e provavelmente as dificuldades financeiras de muitas famílias que não puderam ir para outros sítios, pelo que, neste momento, tudo o que se puder fazer para cativar as pessoas para frequentarem estas praias não é demais.-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* também mencionou as excepcionais condições climatéricas deste verão, mas sentiu orgulho pelos elogios que recebeu de amigos que visitaram Santa Cruz.-----

-----Assinalou que a praia é obra da natureza, mas a qualidade urbana é obra humana e todos os torrienses se devem sentir orgulhosos.-----

-----Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

POUSADA DA JUVENTUDE EM SANTA CRUZ:-----

-----O *Sr. Francisco Branco* questionou qual o ponto de situação das negociações com a Movijovem.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que após muita discussão e visitas ao local chegaram a alterações ao protocolo que a Assembleia tinha aprovado em 7 de Junho do ano transato, que foram presentes a aprovadas na última reunião do Executivo e virá brevemente à Assembleia Municipal.---

-----Trata-se de um protocolo que não é tão favorável quanto o primeiro que subscreveram mas mesmo assim entenderam que havia condições para a Câmara aprovar e para avançar com o projeto, muito embora os riscos financeiros que Câmara Municipal assume são agora superiores. Estão em condições de firmar este acordo e a partir de agora encontrar condições financeiras para equipar a pousada de forma a que possa funcionar no próximo Verão e constituir uma mais valia para o concelho, nomeadamente, para Santa Cruz.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LARGOS DE S. PEDRO, WELLINGTON E INFANTE D.HENRIQUE:-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro e Santiago, *Sr. Francisco Martins* interveio para

dar nota que as obras que foram levadas a cabo nos largos em título têm participação do QREN em 80% .Trata-se de obras de difícil gestão, por vezes criticada, por vezes elogiada, mas sempre controversa porque mexe com as pessoas.-----

----Assinalou que enquanto Junta de Freguesia conseguiram criar pontos de entendimento entre todas as partes, comerciantes, técnicos e população em geral, sabendo que nunca conseguirão arranjar condições perfeitas para todos.-----

----Disse também que foram provocadores de alguns avanços e recuos que o projeto foi sofrendo ao longo da sua execução, sempre com o sentido de despertar a atenção dos responsáveis para as mais diversas questões.-----

----Fez notar que mais do que olharem para a obra que ainda não está concluída e dizer o que não gostam, devem congratular-se por no passado dia 14 e 21 de Setembro terem tido estes largos cheios de torrienses, com um ambiente fantástico. É a isto que quer dar importância pois se não souberem encher de gente esta nova sala de estar de Torres Vedras, de nada adianta andarem a criticar. -----

----Assim incitou todos os presentes para que amanhã venham mais uma vez encher o centro da cidade.-----

----Concluiu dizendo que em vez de felicitar a Câmara pelas obras iria felicitar antes os torrienses para que usem e abusem dos largos porque estes foram feitos para eles.-----

----A **Sra. Cláudia Ferreira** aludiu ao novo visual de toda esta área, que está a ser melhorada, com o intuito de que os torreenses a aproveitem da melhor forma mas, também, de a tornar mais apelativa aos turistas e a todos os que os visitem.-----

----Disse que sem dúvida que, com as obras do Mercado Municipal, que já conta com 2 anos, e que trouxe a toda aquela zona da cidade uma nova vida, passam hoje pelo Chafariz dos Canos mais pessoas pelo que tem sido feito um forte investimento de revitalização nesta zona que adquire uma nova luminosidade, uma maior atratividade para as famílias, para quem gosta de passear pelas ruas, a pé ou de bicicleta e, também, para quem vai poder melhor aproveitar as sombras e os bancos que estão a ser colocados em redor da Igreja de São Pedro.-----

----Aproveitou para fazer referência ao bom aproveitamento que tem sido feito no concelho, relativamente aos fundos comunitários que são disponibilizados para fazer obra, ao serviço das pessoas, a pensar nas populações e no seu desenvolvimento.-----

----Referiu-se ao QREN, fundo utilizado nesta obra concretamente mas, também, em obras de enorme importância para os torreenses como sejam, por exemplo, os centros escolares, que se tem sabido aproveitar, cumprindo, investindo, fazendo obra, pensando nas pessoas, tornando Torres Vedras uma cidade de excelência para se viver, uma cidade atrativa para se investir e para se visitar. Para se continuar esse rumo é necessário que se continuem a abrir concursos para acesso a estes fundos, a estas verbas. Concursos esses que têm estado parados por ordem deste Governo.-----

-----Entende que sem estas obras a economia retrai, não há investimento, não há transações comerciais, não há obra, não há desenvolvimento. Há sim, empresas a fechar, mais desemprego e atraso no desenvolvimento do nosso país. Espera que, em breve, o Governo retome a aposta no QREN, como motor de desenvolvimento, do país e dos portugueses, fazendo uso de fundos comunitários que estão ao seu dispor, a bem de todos.-----

-----Para terminar e falando em aposta na cidade e nas pessoas que nela habitam, referiu-se à iniciativa Largo ConVida, que se traduz em animação da zona histórica, em atratividade para o comércio tradicional, que já realizou em 14 e 21 de Setembro e continuará nos dias 28 e 29 de setembro, nos Largos de São Pedro, Infante D. Henrique e Wellington.-----

-----Assinalou que esta iniciativa traduz-se num convite a “viver” estes largos recentemente intervencionados, que espelham inovação e modernidade, transformação de espaços públicos em referências, qualificados do ponto de vista urbanístico e ambiental e atrativos do ponto de vista social, económico e cultural.-----

-----Por último deu nota do programa para o dia seguinte em que irá marcar presença e onde espera encontrar todos os presentes.-----

-----Ainda sobre este assunto interveio o membro **João Bastos** para dizer que quando se intervém no espaço público é impossível estarem todos de acordo. No caso dos largos em Torres Vedras todas as intervenções que são levadas a cabo em espaço público deviam ser mais participadas pela população.-----

-----Entende que a Câmara ficaria a ganhar, se ouvisse mais a população e também ele está sempre disponível para dar a sua opinião, assim como haverá outras pessoas.-----

-----Disse também que se fosse ele a decidir teria feito o investimento noutra local, mas concorda que a Câmara, tendo tido a possibilidade de obter fundos no âmbito do Torres ao Centro, tenha aproveitado.-----

-----Nesta sequência aludiu a uma carta de Afonso Marques veiculada no Badaladas da passada semana que chama atenção para uns aspetos que também gostava de ver esclarecidos.-----

-----Referiu-se concretamente à circulação dos carros dos Bombeiros em caso de incêndio, como é que vai ser resolvido a questão do desnível entre a parte superior no redor da igreja e a rua e o facto de haver no seu adro degraus brancos que são de difícil visualização para os idosos, e para os quais sugeria desde já a colocação de uma faixa preta. Também achou discriminatório a colocação da rampa para deficientes na porta lateral da igreja.-----

-----Reforçando disse que a Câmara teria ganho se tivesse feito um estudo prévio e tivesse recolhido a opinião dos munícipes.-----

-----O líder da bancada da CDU, **Sr. Nozes Pires** disse que pelo valor investido e pela importância que a Câmara concedeu a estas obras, devem dar a sua opinião.-----

-----Questionou se as associações de defesa do património de Torres Vedras e outras afins foram consultadas e qual a posição das mesmas.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as palavras da Sra. Cláudia Ferreira e subscreveu as mesmas quanto à falta de diretrizes para o QREN. Deu nota que esteve numa reunião na CCDR Centro com a presença do Secretário de Estado das Obras Públicas e chegaram à conclusão que ainda não há diretivas concretas para os montantes ainda existentes do QREN.-----

-----Relativamente à intervenção do autarca de S. Pedro e Santiago retificou que a comparticipação deste fundo comunitário para as obras em título era inicialmente 80%, mas foi ampliada para 85% cabendo à autarquia 15% do valor da obra.-----

-----Esclareceu ainda que no Largo Infante D. Henrique foram comparticipadas pelo QREN as obras de regeneração do largo, mas a recuperação do Chafariz dos Canos, que embora seja monumento nacional e como tal da inteira responsabilidade do Estado, foi totalmente suportada pela Câmara Municipal.-----

-----Aproveitou para agradecer a parceria da Junta de Freguesia de S. Pedro, que foi um parceiro bastante interventivo e que para além de servir de interlocutor dos agentes ali instalados também serviu de mediador através de reuniões e cuja interação ajudou a autarquia.-----

-----Destas reuniões, já com as obras a decorrer, resultaram alterações ao projeto, principalmente no largo de S. Pedro, que culminaram com o que hoje é visível. -----

-----Referiu que por mais discussão pública que os projetos tenham e este esteve há um ano atrás exposto na feira de S. Pedro num pavilhão só dedicado às intervenções Pólis, há pouca participação. A verdadeira participação pública começa quando as máquinas entram no terreno.-----

-----Nestas obras houve intervenção direta no projeto de requalificação do Chafariz dos Canos, que é muito idêntica a uma proposta da Associação de Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras, mas mesmo assim não se livram das críticas desta associação.-----

-----Nos outros projetos há uma grande dificuldade da participação pública, porque há falta de planeamento em Portugal dado que é uma questão de oportunidade, quando abrem concursos têm que apresentar as propostas dali a três meses, por isso ou têm projectos para entrar ou nada feito. Na prática apresenta-se o projeto que se vai alterando, sendo exemplo disso a obra de Santa Cruz que é uma referência a nível a nacional, mas que do projeto aprovado tem zero.-----

-----Relativamente à questão dos acessos ao largo de S. Pedro, em caso de incêndios, informou que esta aferição foi feita desde o início com a Associação de Bombeiros e com o Serviço de Proteção Civil da autarquia, mas agora em obra os Bombeiros vieram solicitar que fosse retirado um pilarete.-

-----Quanto à questão do desnível dos degraus, sabe que estava prevista a colocação de uma faixa antiderrapante para todos os degraus e a rampa de acesso aos deficientes colocada na lateral presume que está relacionado com a tentativa de reconstruir a escada de acesso frontal à igreja com aspeto

que tinha anteriormente.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREGUESIA DE RUNA – ALCATROAMENTO:-----

----O autarca de Runa, *Sr. José Margaça* referenciou o mau estado da estrada da Rua das Pontes até ao Penedo, dando nota que a junta já providenciou a construção de 1500 m de passeio para facilitar quando for feito o alcatroamento, o que espera ocorrer ainda no corrente ano.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* disse ter registado a intervenção do autarca e aproveitou para manifestar a sua solidariedade pelos danos que tiveram resultante dos atos criminosos de que foi alvo a sede da junta no dia anterior, disponibilizando a ajuda da autarquia no que for possível.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO/ LEI 22/2012 DE 30.05:-----

----O líder do Grupo Municipal do PSD *Sr. Luís Carlos Lopes* começou por aludir a um título da edição desta semana do jornal Badaladas “ PS de Torres Vedras empurra o processo das freguesias para o PSD” para mostrar a sua surpresa.-----

----Aludiu também à intervenção do edil nas comemorações do 25 de Abril no Centro Educativo da Ventosa, em que fez um ataque ao governo e ao PSD local, que ultrapassou todas as marcas e no qual disse que ia assumir o processo porque se deixassem o governo velar por Torres Vedras seria um prejuízo inaudito e porque o PSD nada tinha feito através da comissão da Assembleia Municipal.-----

----Passou a fazer um breve enquadramento dos acontecimentos dando nota que no dia 11 de Junho o Sr. Presidente da Câmara enviou-lhe por e-mail uma proposta de reorganização das freguesias, e no dia 17 de Agosto enviou outra mas ao Presidente da Comissão Concelhia do PSD, que esperou também receber pessoalmente, o que não aconteceu.-----

----Relatou ainda que na passada semana, no comício do PS nos Casalinhos de Alfaiata, e como que amuado do alto do púlpito, o edil anunciou que afinal não iam a jogo, que o PSD é o culpado e tinha que fazer tudo.-----

----Entende que o Presidente da Câmara deve discutir este assunto institucionalmente, ou então remeter para as comissões concelhias dos partidos, mas não pode fazer umas vezes de uma maneira, outras de outra.-----

----Continuou dizendo que o PSD quer discutir a proposta do PS, assim como a do PSD. Estão disponíveis para dialogar com equilíbrio, com ponderação, para que até 15 de outubro, possam discutir as propostas que surjam de todas as forças partidárias e para tal solicitando ao Presidente da Mesa que agende para 12 de Outubro uma sessão extraordinária.-----

----Reforçou que o PSD não deixa o futuro do concelho nas mãos dos “senhores de Lisboa” como o edil sempre disse, mas que agora parece que voltou atrás.-----

-----O membro **Francisco Branco** interveio no sentido de fazer um pedido à bancada do PSD, pedido este que tem em mente depois de ter assistido nestes últimos 15 dias a alguma turbulência social e grande contestação quer do povo em geral, quer de algumas figuras partidárias e inclusive do governo.-----

-----Assim lembrou que já viram o PSD e o CDS recuar na questão da TSU e na lei autárquica, e também ouviu alguns elementos da direção do PSD nacional dizer que recuar não é desprestígio e até honra que tem a humildade de reconhecer que nem sempre tem razão.-----

-----Também lembrou que, está mais que provado que a lei em título não traz grandes benefícios ao erário público que justifique uma nova “guerra” com a população.-----Nesta sequência, e sabendo que na bancada do PSD há pessoas com influência no governo, o pedido que faz é que os façam pensar em recuar nesta lei, que não resolve o problema do deficit, e ir preparando uma nova lei que pudesse ser mais abrangente e consensual. -----

-----O Presidente de Junta de Freguesia da Carvoeira, **Sr. José Manuel Cristovão** começou por referir que a conclusão do congresso da ANAFRE foi que as Assembleia Municipais rejeitassem esta lei.-----

-----Assim, congratulava-se que o Presidente da Câmara Municipal tenha esta posição, porque também ele é torriense e vê o território com as suas 20 freguesias. Gostou que agora lhe dessem razão pela moção em defesa da manutenção das 20 freguesias, que apresentou na sessão ordinária realizada no dia 27 de abril.-----

-----Aproveitou para dar nota que a Unidade Técnica já foi eleita, mas nenhum partido, nem a ANAFRE nem a ANMP indicaram representantes.-----

-----Saudou os seus colegas autarcas que aprovaram a moção em abril, no entendimento de que todos juntos são muitos, o povo é soberano e a unidade é possível.-----

-----Em resposta ao líder social democrata o **Sr. José Augusto de Carvalho** frisou que o Presidente da Câmara sempre foi claro dizendo que a proposta de pronúncia emanada da Câmara Municipal e a chegar à Assembleia Municipal pressupunha uma prévia concertação e resultaria de uma vontade conjunta e inequívoca entre as maiores forças políticas representadas nos órgãos do município. -----

-----Acha que o membro dizer que o PSD está disponível para discutir propostas de todos os partidos espelha uma metodologia inconfundível, ou seja estão numa atitude expectante de ver chegar propostas para assumir posição sobre as mesmas. -----

-----Considerando que para dia 15 de Outubro só faltam duas semanas apelou ao colega Luís Carlos Lopes, enquanto líder de bancada, que assuma a quota parte de responsabilidade por esta pela tomada do posição PS e do seu líder em Torres Vedras.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por declarar que quer no dia 25 de Abril, quer no dia 23 de Setembro, no comício, falou mandatado pela comissão política do PS.-----

----Não assumiu aquela posição na Ventosa de animo leve, mas como interlocutor da comissão política do seu partido, assim como no comício dos Casalinhos transmitiu a decisão desta comissão tomada na véspera. Não o fez por estar amuado.-----

----Recordou que uma das coisas que fez “confusão” ao PSD foi o facto de num artigo do Badaladas de 3 de junho ser dito que o voto favorável do PSD era uma condição “*sine qua non*” quer na Câmara quer na Assembleia e que não bastava a abstenção.-----

----Recordou ainda que antes da Assembleia de 22 de junho já o PSD tinha na sua posse uma proposta do PS, mas volvidos 3 meses nunca ouviu, nunca leu e nunca viu a posição do PSD nesta matéria.-----

----Recordou igualmente que depois dessa data fez contactos com os grupos parlamentares da Assembleia da República, para melhor entender o que pensavam sobre a Lei 22/2012, e com base nessa auscultação elaborou nova proposta, que na sua essência é igual à primeira só que inverte o posicionamento, ou seja uma proposta que respeita a lei e extingue 5 freguesias e outra que não respeita e extingue 4.-----

----Fez notar que enviou esta proposta no princípio de agosto ao Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD. Até à data não tem qualquer resposta do PSD sobre esta proposta e não consegue fazer política assim.-----

----Acha que o PSD, com a proposta que fez hoje, pretende fazer as coisas às escondidas da população, pois pretendem fazer uma Assembleia no dia 12, quando o prazo acaba dia 14 e quando a lei obriga à auscultação das Assembleias de Freguesia para determinar qual a sede das freguesias agregadas. Para este processo não contam com o PS.-----

----Reafirmou que os motivos que levaram o PS a assumir esta posição, são claros e são por um lado a inércia do PSD local que nada fez e por outro o facto de o PSD nacional/governo revelar-se prossecutório com Torres Vedras em diversas matérias.-----

----Por último manifestou o seu agrado pelo facto de o CDS local não subscrever a agregação de freguesias, que julga estender-se também ao CDS nacional.-----

----Pedi novamente a palavra o **Sr. Luís Carlos Lopes** para esclarecer que a 2.^a proposta que foi enviada ao Presidente da Comissão Concelhia tem a data de 20 de Agosto, pelas 14.40h e diz “sendo um documento de trabalho delineado para ser presente a reunião do Executivo, deixo à sua consideração para depois falar.”, pelo que questionou quando é que este documento foi agendado em reunião de Câmara. Sabe que nunca aconteceu.-----

----Referiu ainda que o edil escreveu no e-mail “boas férias” pelo que não estaria à espera de resposta rápida.-----

----Disse que não deviam entrar em conflito, lembrando que o país está sob intervenção externa e há medidas que foram alteradas, mas há outras que têm que ser cumpridas, e independentemente da

posição do CDS local há uma lei que tem que ser respeitada -----

----Lembrou novamente que no seu discurso do 25 de Abril o edil disse que não queria deixar este trabalho para a Assembleia da República, mas assim está a arriscar que alguém, com quem também não concorda, possa, a régua e esquadro, fazer com que Torres Vedras perca 7 freguesias.-----

----Reafirmou que a proposta de 20 de Agosto nunca foi presente a reunião do Executivo e não era mais ou menos 15 dias que faria a diferença.-----

----Se a proposta tivesse ido a reunião do Executivo com certeza que teria da parte dos vereadores do PSD uma contraproposta, até porque estes assuntos não se tratam por correio eletrónico.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** recordou que a proposta de agosto era rigorosamente igual à de junho. Também fez notar que nunca agendaram um documento em reunião de Câmara sem que previamente mandassem para os vereadores para saber se a podiam agendar.-----

----Reforçou que o PS só agendaria o assunto depois de o PSD se ter pronunciado sobre o mesmo, o que nunca fez até á presente data.-----

----Não agendaria a proposta para saber, apenas em sede de Executivo, o que o PSD iria dizer.-----

----Disse que o que o líder da bancada agora propôs foi marcar uma Assembleia para dia 12 para diálogo prévio, quando o PS nunca teve diálogo prévio com o PSD. Questionava a razão de não terem falado com eles após o artigo do Badaladas ter veiculado quais eram as freguesias as extinguir na proposta do PS. -----

----Assim não entende a razão de agora o PSD querer tratar do assunto à pressa, nas costas das pessoas, para o qual o PS não está disponível.-----

----Especificou que preferem correr o risco e defenderão quando necessário os interesses da população e tudo farão para que esta lei não se torne exequível, nem em Torres Vedras nem em todo o território nacional.-----

----Aproveitou para manifestar a sua estranheza pelo o facto de o PSD deixar cair a lei das eleições autárquicas, como se a mesma não pertencesse a um pacote legislativo, mas “agarrar com garras” esta lei das freguesias.-----

----Considera que não têm tempo efetivo para discutir a aplicação desta lei, para chegar a uma conclusão, depois de falar com as pessoas que é o mais importante, explicando a bondade da proposta. Esse tempo não foi queimado pelo PS, foi pelo PSD quando nada fez, para que fosse o PS a trilhar este difícil caminho.-----

----O **Sr. Luís Carlos Lopes** lembrou que estão a falar de uma lei publicada que é diferente do projeto para uma nova lei autárquica, tendo pena que não tenha sido possível um entendimento entre as forças partidárias para se avançar. Não é grande entusiasta da Lei 22/2012 mas quer que o Sr. Presidente da Câmara assuma que os malefícios que possa acontecer ao concelho, são da sua responsabilidade.-----

-----Lembrou que as auscultações às Assembleias de Freguesia fazem-se em 24 ou 48 horas e nestes 15 dias que faltam, conseguiam fazer tudo e mais alguma coisa.-----

-----Acha que, com a instabilidade que houve o edil pensou que iam voltar a trás, mas agora se a Maceira e a Ponte do Rol caírem a culpa é dele.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOCÃO: CRIAÇÃO DO CENTRO HOSPITALAR DO OESTE:-----

-----“No passado dia 12 de Setembro foi publicado em Diário da República, a Portaria n.º 276/2012 emanada pelos Ministérios das Finanças e da Saúde, onde se cria o Centro Hospitalar do Oeste, em resultado da fusão dos centros hospitalares de Torres Vedras e das Caldas da Rainha, estabelecendo a sua sede nas Caldas da Rainha.-----

-----Esta decisão, tomada pelo governo de uma forma completamente unilateral, revela um total afastamento da realidade e desconhecimento do território e das populações afetadas por esta medida.-----

-----Na verdade, o que poderia ter sido uma decisão fortalecida pela capacidade de ouvir os diferentes interlocutores ligados à área da saúde e à administração do território, acabou por se tornar uma decisão contestada por todos, devido ao facto de este governo continuar a tomar decisões que afetam os portugueses sem os ouvir.-----

-----Perante o facto consumado de colocar a sede do Centro Hospitalar Oeste nas Caldas da Rainha, o grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Torres Vedras, não pode ficar indiferente e tão pouco concordar com tal decisão.-----

-----Refere a portaria, a necessidade de concentrar serviços, recorrendo a “medidas de reorganização hospitalar que permitam uma maior rentabilidade e eficiência na prestação de cuidados de saúde e uma maior sustentabilidade financeira “.-----

-----Perante isto, não entendemos como é que estes objetivos serão alcançados, afastando o centro de decisão do núcleo territorial e populacional com maior abrangência, que é Torres Vedras. A verdade é que o território de influência do Hospital de Torres Vedras e o número de utentes que serve é maior do que o Hospital das Caldas da Rainha, uma vez que grande parte da população de Alcobaça já é encaminhada para o Hospital de Leiria.-----

-----Nada nos move contra Caldas da Rainha e seus habitantes, mas colocar a sede do novo Centro Hospitalar do Oeste nas Caldas da Rainha, afastado do núcleo que maior território e população abrange, é perante os factos anteriormente descritos, uma decisão assente em critérios absolutamente políticos e muito pouco técnicos.-----

-----Desta forma, o grupo do PS na Assembleia Municipal de Torres Vedras, apresenta um voto de protesto e afirma-se absolutamente contrário à decisão de instalar a sede do Centro Hospitalar do Oeste nas Caldas da Rainha com bases e critérios políticos, que em nada servem as populações nem

facilita a própria gestão do respetivo Centro Hospitalar”.

-----Pedi a palavra o **Sr. Rui Prudêncio** assinalando que Torres Vedras e o seu Centro Hospitalar foi surpreendida com esta portaria que para além de determinar a fusão dos dois centros hospitalares, também indica o espaço e o local da sede do futuro Centro Hospitalar do Oeste.

-----Sabem que o centro de decisão quanto mais próximo estiver do centro de produção mais eficaz e mais rentável se torna, e este encontra-se agregado ao Hospital de Torres Vedras pelo que dificilmente por uma razão técnica, ou de gestão, tal como refere a portaria, encontram fundamentos para afastar a sua sede de decisão daquilo que é o dia a dia do próprio Centro Hospitalar.

-----Anotou que não compreendem em que razões técnicas é que esta decisão se apoia, e como tal trata-se de uma decisão política. O governo é PSD e a Câmara de Caldas da Rainha também, e tudo os leva a crer que a única razão desta decisão assenta neste pressuposto.

-----Lamenta que continuem a ser confrontados com estas decisões de um governo que é cego, surdo e mudo. É cego porque não olha para o território e não vê onde está a maior parte da população e o território maior. É surdo por não quis ouvir ninguém e lembrou o voto em discussão foi aprovado por unanimidade na OesteCim. É mudo porque tomou a decisão sem falar com ninguém.

-----Lamentou que continuem nesta “cavalgada” de dismantelar aquilo que é o Hospital de Torres Vedras e deslocá-lo para as Caldas da Rainha.

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** anunciou que a posição do PSD é de abstenção, tal como fizeram os seus vereadores na Câmara Municipal.

-----Não confunde o essencial com o acessório e para ele o mais importante é a parte física, a parte de cuidar os doentes e que o Centro Hospitalar de Torres Vedras se mantenha com o maior número de valências e se possível todas.

-----A questão de a gestão estar próximo, não é exemplo pois às vezes têm mais poder os que estão mais longínquos.

-----Reforçou que o essencial que se mantenha o cuidado aos utentes e que a promessa que foi feita a todos, de o hospital permanecer com a urgência médica cirúrgica seja cumprida, que o resto não é o mais importante.

-----O **Sr. Jorge Ferreira** interveio para indicar, uma vez que não consta na moção, quais as entidades a quem remeter a moção e para registar com tristeza, nesta matéria como na anterior o sentimento de menoridade conformista que o colega Luís Carlos Lopes manifestou relativamente à sua terra, considerando que é por este tipo de atitude que vão perdendo e sendo destituídos de tudo aquilo a que têm direito.

-----Não se registou mais intervenções, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por maioria de 37 votos a favor e 4 abstenções, a moção em título.

-----De seguida e nos termos do art.º 23.º do Regimento foi dada a palavra ao público:

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – PRÉDIOS DEVOLUTOS E DEGRADADOS:-----

-----Relacionando a sua intervenção com o ponto 8 do agendamento o *Sr. Rui Matoso* questionou se o Executivo Municipal tem alguma política ou medidas previstas que visem facilitar o uso destes imóveis por parte de projectos culturais da cidade.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que os setores de Urbanismo e Cultura estão a falar com as associações no sentido de poder vir a criar um programa para utilizar temporariamente as casas devolutas no centro histórico. Está a ser trabalhado para depois ser presente aos órgãos da autarquia.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Nesta altura foi feita uma pausa nos trabalhos tendo os mesmos sido retomados pelas 21.00 horas, altura que se iniciou Período da Ordem do Dia.-----

PONTO 1 - TOMAR CONHECIMENTO DOS RELATÓRIOS E CONTAS – 1.º SEMESTRE 2012 – CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS – PROMOTORRES, PROMOÇÕES DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E.E.M., PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 3 DO ART.º 48.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15/01, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

-----Presente ofício número 10561, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Setembro, que em conformidade com o deliberado pelo Executivo em 11.09.12 e nos termos legais supra identificados remete os documentos em causa.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou dizer que neste primeiro semestre tanto a Câmara como os SMAS conseguiram inverter o que tem sido a tendência nos últimos anos, através de um grande esforço de contenção de despesas correntes, graças a uma redução de despesas com pessoal resultante não só das reformas, mas também, infelizmente com o não pagamento dos subsídios aos funcionários, que se reflete nas contas que apresentam um saldo positivo. -----

-----Ressaltou ainda que a nível da Câmara a receita está a estabilizar e tudo se conjuga para que tenham contas positivas no final do corrente ano e um maior equilíbrio financeiros nas contas da Câmara e dos SMAS. -----

-----Em nome da Bancada Socialista o seu líder *José Augusto de Carvalho*, comungando do entendimento de que, com os constrangimentos próprios do tempo que estão a viver, os documentos em discussão evidenciam uma evolução positiva. -----

-----Ressaltou que há aumento de activo, diminuição de passivo e os custos operacionais são positivos depois de três anos de resultados negativos, o que só é possível porque na estrutura de custo houve uma diminuição significativa, houve um esforço de contenção, a par da estabilização da receita, donde se conclui que as contas deste primeiro semestre de 2012 são melhores do que as do

ano findo, as quais já tinham sido melhores do que as do ano anterior.-----

----Assim entende que o voto que devem fazer é que o Executivo faça todas as diligências para prosseguir este esforço e se há estabilização da receita tem que haver racionalização dos gastos. Revêem-se neste esforço e apelam que prossiga.-----

----O Líder do Grupo Municipal do PSD, *Sr. Luís Carlos Lopes* salientou que aparentemente a situação das contas da Câmara estará menos problemática que no ano anterior, mas ainda subsiste a questão das dívidas de curto prazo. Têm a expectativa que as receitas do 2.º semestre tenham a ser um exercício equilibrado.-----

----Salientou ainda que para o seu grupo municipal nunca é de menos valorizar este equilíbrio mas deu nota que muita da redução da despesa deriva, em muito, dos cortes dos subsídios aos funcionários do município.-----

----Disse que detalhadamente observam-se alguns custos que deviam ser objeto de mais atenção, mas vão esperar pelo fim do ano, para analisar as contas finais até porque o 2.º semestre é sempre mais complicado.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Relatórios e Contas – 1.º semestre 2012 – Câmara Municipal de Torres Vedras – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras – Promotorres, Promoções de Eventos e Gestão de Equipamentos E.E.M.-----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2012, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

----Presente ofício número 10564 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Setembro a solicitar o agendamento da revisão em título atentas as competências da Assembleia nesta matéria.--

----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que esta revisão, para além da aplicação do saldo apurado na gerência anterior, visa prever a inclusão de contratar quatro pessoas através do programa Emprego-Inserção que irão ser deslocadas para a Repartição de Finanças de Torres Vedras para ajudar no processo de reavaliação dos imóveis.-----

----Não se tendo registado intervenções, se passou de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria de 30 votos a favor e 5 abstenções a 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2012.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 35 membros.-----

PONTO 3- FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RESPEITANTE AO ANO DE 2012 A COBRAR EM 2013, NOS TERMOS DA ALÍNEA F) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

-----Presente ofício número 10131 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de Agosto último a propor a fixação das taxas nos seguintes valores: Prédios Urbanos – 0,70% e Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,40%.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve introdução que estendeu aos pontos 4,5 e 6 dando nota que a proposta da Câmara Municipal é de manter as taxas que estão em vigor no município nos últimos dois exercícios.-----

-----Explicou que o governo, através do orçamento de Estado permite que o IMI possa subir um ponto ou seja passar os limites máximos de 0,7% - 0,4% para 8% - 0,5%, mas a autarquia muito embora necessite de verbas, resolveu manter esta taxa, pois as famílias estão depauperadas no seu orçamento e por outro lado têm consciência que a receita do IMI está a evoluir com as reavaliações, pelo que não há certezas do que será o futuro desta receita. -----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* disse que o Grupo Municipal do PS se revê nesta posição assumida pelo Executivo da manutenção das taxas do IMI, IRS, Derrama e Direitos de Passagem, que tem que ser entendida no contexto das batalhas que o Executivo está a travar no sentido de reduzir o endividamento, mas não há nenhuma contradição porque se espera uma evolução favorável na cobrança do IRS e há que ter em conta as dificuldades que muitas famílias estão a enfrentar e que vão continuar.-----

-----Salientou que a estratégia deverá ser a de manter a estabilidade da receita e incidir todo o esforço na contenção da despesa.-----

-----O *Sr. Sérgio Jacinto* lembrou que o imobiliário sempre foi uma fonte de receita das autarquias e Torres Vedras não é exceção e para isso muito contribuiu a gestão urbanística nos mandatos do membro José Augusto Carvalho na cidade e em Santa Cruz, não fosse o caso e não teriam hoje oportunidade de valorizar tanto as melhorias que este Executivo tem feito nesta estância balnear.-----

-----Pegando na argumentação do Edil no que diz respeito à manutenção da taxa do IMI, parece-lhe que a autarquia poderia ter ido mais longe, e também por aquilo que acabaram de debater no ponto anterior.-----

-----Lembrou ainda que todo o património imobiliário tem em curso uma avaliação geral do seu valor patrimonial sobre o qual incide a taxa, estando previsto a sua conclusão até ao final do corrente ano, que permitirá que a receita no próximo ano seja substancialmente superior pois nalguns casos a base tributável aumenta dez vezes.-----

-----Frisou que não são tão poucos casos assim e embora haja cláusulas de salvaguarda, parece-lhe que a autarquia poderia ter reduzido 0,05% dando um sinal positivo às famílias.-----

-----Disse que ainda assim está certo, que a receita deste imposto no próximo ano será substancialmente superior há deste ano, mesmo com a diminuição da receita de IMT verificada com a diminuição das transações imobiliárias que se tem verificado por causa da crise.-----

-----Pelas razões invocadas o Grupo Municipal do PSD irá abster-se.-----

-----Não se registaram mais intervenções e passou à votação.-----

-----A Assembleia municipal deliberou, por maioria de 29 votos a favor e 5 abstenções fixar a taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2012 a cobrar em 2013 nos seguintes valores: Prédios Urbanos – 0,70% e Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,40%.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 34 membros.-----

PONTO 4 - FIXAÇÃO DA TAXA VARIÁVEL DO IRS, RESPEITANTE AOS RENDIMENTOS DE 2013 A COBRAR EM 2014, A QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DIREITO EM CADA ANO, TENDO PRESENTE O ART.º 20.º DA LEI 2/2007 DE 15.01:-----

-----Presente ofício número 10129 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de Agosto último a propor a fixação da taxa em título em 5%.-----

-----Pegando nas palavras do edil sobre as dificuldades das famílias e juntando as das empresas, o *Sr. Luís Carlos Lopes* e não sendo estratégico para as finanças da autarquia, embora tudo seja importante, podia haver um sinal nesta taxa. Os quadros sobre a evolução da taxa variável de IRS não são elucidativos e a receita é bastante errática.-----

-----Entende que face às alterações dos escalões que vão surgir no próximo ano, a Câmara sem ter perda de receita substantiva, poderia fixar esta taxa em 4% ou 4,5% e os cidadãos poderiam ser salvaguardados. Menos 0,05% não seria estratégico para Câmara e poderia dar algum benefício aos trabalhadores dependentes, sem ser prejudicada.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* referiu que a Câmara poderia ter uma série de políticas que poderia beneficiar quem mais precisa, mas custa-lhe ouvir dizer que face ao facto do governo aumentar os escalões e com isso penalizar as famílias, a Câmara deve compensar aquilo que de mal o governo está a fazer.-----

-----Esclareceu que fizeram contas e para uma pessoa solteira com salário mínimo 1% corresponde a €2,4 e com a remuneração de €1.500 corresponde €323 sendo destes valores que estão a falar para as famílias. A receita do IRS não tem sido nada errática, tem diminuído sempre desde 2009 e apenas em 2012 teve uma ligeira variação.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* interveio novamente para responder que tal variação foi a subida de 6,453%. Tem sido errático pois tem havido subidas e descidas.-----

-----Respondeu ainda que não podem estar sempre em arremesso político, até porque o edil e o partido que representa está tão envolvido como o PSD está.-----

-----Disse que não falou sobre as taxas do IMI que é estratégico para a Câmara Municipal, mas sabe que o IRS o ano de 2013 vai ser dramático para as pessoas, para o PSD e para qualquer governo que lá estivesse.-----

-----Reforçou que o IRS no ano de 2013 vai ser dramático e €10, €20 ou €30 para muitos é muito importante.-----

-----Não se registaram mais intervenções e o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto em título.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 29 votos a favor e 8 votos contra, fixar em 5% a taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2013 a cobrar em 2014, a que os municípios têm direito em cada ano.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 37 membros.-----

PONTO 5 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, AO LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, A COBRAR NO ANO DE 2013, NO VALOR DE 1,5% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA F) DO N.º 2 DO ART. º 53 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente ofício número 10132 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de Agosto último a propor o lançamento da derrama no valor de 1,5%.-----

-----Uma vez que o Sr. Presidente da Câmara já tinha feito a introdução deste ponto, foi dada a palavra ao *Sr. Luís Carlos Lopes* que assinalou que têm que ser coerentes e assim como defendem redução na taxa do IRS, também defendem na derrama.-----

-----Lembrou que apesar das melhorias que têm sido feitas nos largos, no Centro Histórico muitos estabelecimentos vão fechando ou seja por causa do IVA ou porque os consumidores se deslocam para as grandes superfícies.-----

-----Assim o Grupo Municipal PSD entende que devem ter um pequeno apontamento em relação à derrama, um pequeno incentivo para aqueles empresários que são corajosos e mantêm os postos de trabalho para os seus trabalhadores e as portas abertas.-----

-----Frisou que os valores, assim como os do IRS, também são erráticos e não há lógica nos mesmos sendo que reduzir meio ponto nesta taxa e no IRS faria a diferença. Não querem só beneficiar os trabalhadores, querem também beneficiar os empresários.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que não podia esquecer que a Câmara teve contas com resultados negativos que o PSD votou contra e questionou se o membro tinha a noção de quanto representa redução de 0,5% na derrama na receita.-----

-----Indicou que se traduz em de 1/3 da receita ou seja €500.000,00 pelo que devem ser consequentes e não devem fazer propostas por forma a que a Câmara tenha resultados negativos e depois votar contra por essa mesma razão.-----

-----Continuou indicando que têm feito uma gestão criteriosa, sabem das dificuldades que todos atravessam, mas também tem a perfeita consciência da situação da Câmara Municipal, mas que

também não é tão calamitosa como o PSD gosta de dizer.-----

-----Aproveitou para informar que a autarquia não irá recorrer à linha de crédito extraordinária para os municípios, pois tem a convicção que com os meios próprios e com o esforço de contenção que estão a fazer, no prazo de um ano ou ano e meio, terão as contas regularizadas.-----

-----Assim vão defender a manutenção destas taxas, no sentido de orientar as contas e continuar no caminho certo como as contas do primeiro semestre demonstram. -----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* concordou com as dificuldades que há em gerir para quem está à frente de instituições e todos ficarão contentes se a Câmara nos próximos anos entrar no caminho correto.--

-----Disse que hoje viu nas notícias que a Câmara de Castelo Branco mantém taxa mínima para o IMI, para assinalar que é tão legítima a posição do Presidente da Câmara como é defensável a que ele expôs, a qual também é muitas vezes seguida por autarcas do PS noutras Câmaras.-----

-----Terminadas todas as intervenções passou-se à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 29 votos a favor 7 votos contra e 1 abstenção autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras, ao lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2013, no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 37 membros.-----

PONTO 6 - FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2013, PREVISTA NA LEI N.º 5/2004 DE 10 DE FEVEREIRO - LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53 DA LEI 169/99, DE 18.09 NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

-----Presente ofício número 10130 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de Agosto último a remeter o processo em título tendo presente a competência própria da Assembleia Municipal e a informar que o Executivo em 28.08.2012 deliberou propor fixar o valor de 0,25% para a taxa a aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do município.-----

-----Não se registaram intervenções tendo a Assembleia Municipal, deliberado, por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção, fixar Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2013 no valor de 0,25%.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 37 membros.-----

PONTO 7- AUTORIZAR A ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS AO ABRIGO E NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS N.ºS 6 E 7 DO ART.º 6.º DA LEI N.º 12-A/2008, DE 27/02, ALTERADA PELAS LEIS N.ºS 64-A/2008 DE 31/12 E 3-B/2012 DE 28.04, 34/2010 DE 02/09 E 55-A/2010 DE 31/12:-----

-----Presente ofício número 10562 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Setembro a informar que na sua reunião de tomou conhecimento da necessidade de abertura de novos procedimentos concursais, tendo em vista colmatar a ocupação de postos de trabalho que atualmente estão ocupados por pessoal com contrato a termo certo e que terminarão dentro de meses, e aprovou a abertura de dois lugares de Técnico Superior de Arquitetura e um lugar de Técnico Superior de Turismo, para o qual solicita a autorização deste órgão, nos termos legais acima identificados.-----

-----Teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que fez uma breve introdução da autorização pretendida que se funda no quadro de pessoal previsto no orçamento da Câmara Municipal, salientando o facto de a Câmara Municipal estar impedida de renovar contratos a prazo o que os obriga a abrir concursos para satisfazer as necessidades de funcionamento.-----

-----Deu nota igualmente que no corrente ano saíram 46 funcionários e entraram 8 por isso têm um saldo de menos 36 funcionários comparativamente com o início do ano.-----

-----Por fim informou que o pedido de autorização para abertura de procedimento concursais em causa, não acatará despesa superior pois à data têm mais contratos a prazo a caducar do que concursos a abrir.-----

-----A **Sra. Rita Sammer** disse ser certo que a Câmara não pode renovar contratos, mas inquiriu da possibilidade de fazer novos contratos por alternativa em contratação para o quadro.-----

-----Nos termos do n.º 3 do art.º 48.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação foi dada a palavra ao **Vereador Sérgio Galvão** que explicou sim teriam o mesmo problema daqui a três anos, uma vez que a lei não deixa renovar.-----

-----Atento ao facto de se aguardar a regulamentação sobre a mobilidade e até porque a lei do orçamento é absolutamente clara na proibição de contratar, salvo em situações excecionais e tem sido muito fácil à Câmara justificar esta excepcionalidade, e ainda tendo em conta o estado da arte, a **Sra. Rita Sammer** disse que lhe parece pouco ajuizado fazer contratos a termo certo, ainda que por 3 anos, que seria o tempo suficiente para sair a legislação.-----

-----Sabem que no próximo ano haverá muitas novidades nesta matéria no que diz respeito aos quadros da função pública central e local e parece-lhe pouco ajuizado e contraditório abrir lugares no quadro.-----

-----No seguimento desta intervenção o **Sr. Luís Carlos Lopes** questionou se não há possibilidade de haver alguma mobilidade entre os arquitetos do quadro da autarquia.-----

-----Disse também que segundo a informação do Departamento de Urbanismo, que é assinada pelo coordenador da Área de Projeto, que também é parte interessada, trata-se de 7 arquitetos com contrato a termo certo e com término em Janeiro de 2013, dos quais dois vão para o quadro questionando se os outros cinco “vão para a rua”.-----

-----Assinalou a importância deste assunto uma vez que conhecem as pessoas e o que valem, das

quais algumas já com mais de dez anos no serviço pelo que acha que a escolha vai ser complicada e vai imperar a subjetividade. Será difícil e interroga-se qual vai ser o critério.-----

-----Considera que o referido pelo membro Rita Sammer era muito mais equilibrado. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que não estão a abrir lugares no quadro, os lugares já estão abertos, e em discussão está a possibilidade de abrir concurso para os preencher.-----

-----Quanto à mobilidade informou que a autarquia já o faz frequentemente com os seus funcionários do mais qualificado ao menos qualificado.-----

-----Quanto aos contratados que vão para a “rua”, informou que até podem ir todos uma vez que se trata de um concurso e todos que tenham vínculo à função pública podem concorrer. Assim mesmo que ele gostasse de os “escolher”, não o vão conseguir fazer.-----

-----Deu nota que a realidade é que presentemente não precisam de tantas pessoas a projetar como até aqui, e por isso há contratos que vão cessar e não há necessidade de serem renovados.-----

-----Frisou que pelo Orçamento de Estado, as autarquias estão obrigadas a reduzir 18% dos postos de trabalho e já reduziram 36 e por isso tem havido critério. Esperar por uma nova legislação sobre mobilidade quando ninguém sabe quando sairá significará paralisar alguns setores da Câmara.-----

-----Fez notar que já existem algumas situações graves, nomeadamente a nível da recolha dos resíduos sólidos por todo o concelho e não há pessoal nessa área. No entanto não irão abrir concursos para preenchimento de lugares de uma forma arbitrária e a proposta em discussão, não é do agrado de nenhum membro do Executivo.-----

-----Concluídas todas as intervenções foi submetido à votação o assunto em discussão.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 32 votos a favor e 7 abstenções, autorizar a abertura de procedimentos concursais para dois lugares de Técnico Superior de Arquitetura e um lugar de Técnico Superior de Turismo.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.-----

PONTO 8 - ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA NOS TERMOS DO DECRETO-LEI 307/2009 DE 23 DE OUTUBRO - PRÉDIOS DEVOLUTOS E DEGRADADOS – BENEFÍCIOS, INCENTIVOS E PENALIZAÇÕES FISCAIS:-----

-----Presente ofício número 10128 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de Agosto findo, que dá nota que tendo em conta o acompanhamento efetuado à área delimitada como “Área de Reabilitação Urbana” aprovada para a cidade de Torres Vedras, foi elaborada uma proposta relativa aos prédios devolutos e degradados que a Câmara Municipal na sua reunião de 28.08.2012 aprovou e submete ao Órgão Deliberativo para deliberar quanto ao seguinte:-----

-----1. Aprovar as listagens de prédios devolutos e de prédios degradados na Área de Reabilitação Urbana;-----

-----2. Penalizar com um aumento de taxa IMI para o triplo todos os imóveis devolutos na Área de

Reabilitação Urbana e comunicar à Direcção Geral dos Impostos a listagem dos prédios devolutos aí existentes;-----

----3. Penalizar com um aumento de taxa de IMI de 30%, todos os imóveis degradados na Área de Reabilitação Urbana;-----

----4. Reduzir em 20%, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana, a taxa de IMI aplicável aos prédios urbanos ou suas fracções arrendadas;-----

----5. Isentar de IMI os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação urbana por um período de cinco anos a contar do levantamento de licença de utilização;-----

----6. Para obras isentas de controlo prévio, nos termos do n.º 6 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua atual redação, a isenção de IMI só produzirá efeitos após vistoria efetuada pela Câmara Municipal;-----

----7. Isentar de IMI as aquisições de imóveis objeto de ações de reabilitação urbana destinados a habitação própria e permanente do adquirente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado e pelo prazo de cinco anos.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** fez uma breve apresentação da matéria que já o ano transato foi alvo de deliberação deste órgão. Disse que se penaliza por este ano não terem já conseguido alargar estas medidas a áreas subjacentes ao núcleo duro do Centro Histórico, como julga ser justo, o que espera fazer para o ano.-----

----Iniciou a discussão deste assunto o líder da bancada Socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho** anotando que se trata de matéria com muita relevância e respeita ao esforço de revitalização do Centro Histórico.-----

----Recordou que no mesmo tempo que se viabilizaram expansões urbanas, no respeitante ao Centro Histórico fixou-se o construído através de um Plano de Salvaguarda. Disse que no atual contexto importa atalhar às situações de desertificação humana, de degradação de espaços devolutos e ainda ninguém descobriu outras medidas diferentes das que são proposta pelo Executivo.-----

----Assim, não poderiam deixar de ser confrontados com o agravamento para os devolutos e degradados e a redução ou isenções para situações do lado oposto.-----

----Disse que o Grupo Municipal do PS está de acordo com o proposto sendo que o Executivo e os respetivos serviços técnicos sabem se estas medidas são as mais eficazes para o fim em vista, que é revitalizar, requalificar e fazer com que o Centro Histórico tenha vida. Ter vida é ter gente e só podem ter gente se os edifícios tiverem condições de habitabilidade adequadas às exigências do nosso tempo. -----

----O **Sr. João Bastos** registou que continuam a haver imprecisões as listagem de prédios devolutos, informação que já o ano passado transmitiu à Câmara, mas continua a listar prédios devolutos que estão arrendados, pelo que irão votar contra a aprovação da listagem.-----

-----Também irão votar contra a penalização da taxa do IMI para o triplo, pois as poucas lojas arrendadas que havia no Centro Histórico estão a fechar, os seus proprietários vão ficar sem esse rendimento e ainda vão ver o IMI agravado, o que não faz sentido.-----

-----Reforçou que a culpa não é do proprietário, mas sim da lei das rendas, o que o remete para a penalização dos imóveis degradados, que estão neste estado porque durante muitos anos as rendas estiveram congeladas e com a inflação os proprietários ficaram sem rendimento. Não concorda em penalizar os proprietários e não acha que é este o caminho.-----

-----Aproveitou para dar nota que leu o artigo veiculado hoje no jornal Badaladas de autoria de J.P.Sobreiro quanto a cortar o acesso automóvel ao Centro Histórico, que também lhe suscita algumas dúvidas. É muito agradável haver zonas pedonais mas não podem entrar no exagero.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** anotou que a situação dos prédios devolutos os preocupa a todos, mas os espaços comerciais a que o membro se referiu não são tantos assim. Os espaços devolutos são em maior número de habitação do que de comércio.-----

-----No entanto a situação tem que se atacar e se a lei determina esta possibilidade alguma razão terá para o fazer. Se percorrerem o Centro Histórico quase que não se vêem placas de venda dos imóveis e as que há, não se vendem porque os proprietários pedem quantias exorbitantes. Pedem o mesmo que para uma mesma área de construção nova esquecendo-se que quem os adquirir têm que gastar outro tanto a fazer obras .-----

-----Frisou que é um facto que o mercado não tem funcionado, e não tem havido coragem política para meter o mercado a funcionar, pelo que este será um modesto contributo para esse efeito, uma vez que no dia em que o imóvel pesar no orçamento do proprietário, se calhar baixará o preço.-----

-----Indicou que o efeito que se pretende é este, o que não acredita que vá acontecer uma vez que o IMI é tão baixo, que mesmo este agravamento não obriga as pessoas a repensar o valor do seu imóvel.-----

-----O **Sr. João Bastos** interveio novamente concordando relativamente à questão do valor que os proprietários pedem para os imóveis nesta área. O problema é que presentemente não se consegue vender nada independentemente do local.-----

-----Anotou que um dos maiores receios do proprietário que arrenda é o facto das pessoas não pagarem e da dificuldade em fazer despejos.-----

-----Deu nota que a lei das rendas que entrou em vigor em Agosto do corrente ano, deu um passo bastante grande para regularizar estas situações e poderá eventualmente criar condições para incentivar o mercado de arrendamento, incluindo na zona histórica onde acha que as rendas têm que ser mais baixas e espera que esta lei traga algum regresso da população.-----

-----Ainda sobre a listagem de prédios devolutos e degradados, poderá haver situações onde é justo o agravamento do IMI, mas provavelmente a grande maioria destes proprietários não tem condições

para fazer melhorias nos imóveis.-----

----O Presidente de junta de Freguesia de S. Pedro e Santiago, *Sr. Francisco Martins* deu nota que anda há um ano à procura de “algo” para comprar no Centro Histórico e a realidade é que ninguém vende e os que querem vender tratam os imóveis como verdadeiros tesouros.-----

----Quanto ao comércio que fecha informou que não são os mais antigos, com rendas baixas que fecham. Os que estão constantemente a fechar as portas são os que pagam rendas altas e o senhorios não querem baixar as rendas, preferindo que o espaço feche.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que todas as pessoas que constam da citada listagem irão ser notificadas para se pronunciarem e só depois será emitida uma lista definitiva.-----

----Após ter sido colocada a questão por alguns dos membros e com a anuência de todos os presentes, o Sr. Presidente da Mesa disse votariam ponto a ponto e depois na generalidade: -----

----A Assembleia Municipal deliberou:-----

----1. Aprovar as listagens de prédios devolutos e de prédios degradados na Área de Reabilitação Urbana – aprovado por maioria, de 33 votos a favor 6 votos contra e 1 abstenção.-----

----2. Penalizar com um aumento de taxa IMI para o triplo todos os imóveis devolutos na Área de Reabilitação Urbana a fim de comunicar à Autoridade tributária e Aduaneira a listagem dos prédios devolutos aí existentes – aprovado por maioria de 32 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções. ---

----3. Penalizar com um aumento de taxa de IMI de 30%, todos os imóveis degradados na Área de Reabilitação Urbana - aprovado por maioria – aprovado por maioria de 32 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.-----

----4. Reduzir em 20%, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana, a taxa de IMI aplicável aos prédios urbanos ou suas fracções arrendadas – aprovado por maioria – de 39 votos a favor e uma abstenção.-----

----5. Isentar de IMI os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação urbana por um período de cinco anos a contar do levantamento de licença de utilização – aprovado por unanimidade.-----

----6. Para obras isentas de controlo prévio, nos termos do n.º 6 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua atual redação, a isenção de IMI só produzirá efeitos após vistoria efetuada pela Câmara Municipal – aprovado por unanimidade-----

----7. Isentar de IMI as aquisições de imóveis objeto de ações de reabilitação urbana destinados a habitação própria e permanente do adquirente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado e pelo prazo de cinco anos – aprovado por unanimidade.-----

----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, deliberou aprovar por maioria, de 34 votos a favor e 6 abstenções os benefícios, incentivos e penalizações fiscais para os prédio devolutos e prédios degradados na Área de Reabilitação Urbana, nos termos do Decreto-Lei 307/2009 de 23 de Outubro, conforme listagem que faz parte integrante desta deliberação.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 40 membros.-----

PONTO 9 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL – FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO – GASOLINAS E GASÓLEOS PARA FROTA DE VIATURAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS – AJUSTE DIRETO - EM CUMPRIMENTO DO ESTIPULADO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:-----

-----Presente ofício número 10126, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de Agosto último, a remeter o processo visando a autorização em título, informando para o efeito que o consumo previsto será de 22.500 litros de gasolina e 458.322 de gasóleo, até €750.000,00 correspondendo €187.499,00 para 2012 e €652.500,10 para 2013, distribuídos da seguinte forma: ano de 2012 – gasolina €9.900,00, gasóleo €177.599,00 e ano de 2013 gasolina €29.700,00, gasóleo €532.800,10.--

-----O *Sr. Presidente da Câmara* que referiu a obrigatoriedade da lei neste ponto, no ponto seguinte e no assunto que foi aditado ao agendamento uma vez que os valores envolvidos excedem a autorização genérica que a Assembleia Municipal deliberou na sessão anterior.-----

-----Não se registaram intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação o assunto em título.---

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual – fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento público – gasolinas e gasóleos para frota de viaturas do Município de Torres Vedras – ajuste direto.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 40 membros.-----

PONTO 10 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL – PREPARAÇÃO DO ANO LETIVO DE 2012/2013 – SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DE REFEIÇÕES E REGIME DE FRUTA ESCOLAR, EM CUMPRIMENTO DO ESTIPULADO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:-----

-----Presente ofício 10579, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 14 de Setembro, a remeter, de acordo com o deliberado na sua reunião de 11.09.2012, visando a assunção do compromisso plurianual, cuja previsão de custos, repartidos pelos anos de 2012 e 2013 constam da informação DAS/80 de 31.07.2012 que se considera integralmente reproduzida.-----

-----A *Sra. Rita Sammer* reportando-se ao Serviço de Apoio à Família, ponto 5 “Introduzir penalização de €1,46 (valor máximo de refeição) por dia para os utentes que estando posicionados no 1.º ou 2.º escalão, em caso de não consumo do almoço, não avisem o estabelecimento de ensino até às 9.30h do mesmo dia.”, questionou se é novo e se podem aplicar, pois é um drama que as

escolas vivem mandando muita comida para o lixo.-----

----Terminadas as intervenções, passou-se de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual – preparação do ano letivo de 2012/2013 – Serviço de Apoio à Família – Atividades de Enriquecimento Curricular - Programa de Generalização de Refeições e Regime de fruta escolar.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 40 membros.-----

PONTO ADITADO:-----

CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BIKESTATION - SISTEMA AUTOMÁTICO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE BICICLETAS E RESPETIVAS BICICLETAS PARA A CIDADE DE TORRES VEDRAS – FASES I E II, EM CUMPRIMENTO DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO:-----

----Presente ofício número 10772 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 21 de Setembro, a solicitar a informação para autorizar o procedimento em título face à lei em vigor.-----

----Não se registaram intervenções pelo se passou à votação do assunto.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 39 votos a favor e 1 abstenção conceder autorização prévia para assunção de compromisso plurianual - Fornecimento e Instalação de Bikestation - sistema automático de disponibilização de bicicletas e respetivas bicicletas para a cidade de Torres Vedras – fases I e II.-----

----Nesta altura, e nos termos da alínea a) do art.º 44.º do CPA ausentou-se da sessão o membro António João Leal da Costa Bastos.-----

PONTO 11 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO PLANO DE PORMENOR DO ALTO DO SEIXINHO PARA EFEITOS DO N.º 1 DO ART.º 79.º DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL, NA REDACÇÃO DADA PELO DECRETO LEI N.º 46/2009 DE 20.02:-----

----Presente ofício número 10127 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de Agosto findo a remeter o plano em título, atentas as competências da Assembleia Municipal nesta matéria.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que o plano em discussão deriva do facto do PDM exigir que sempre que estão perante um interesse municipal para uma indústria, ser obrigatório a elaboração de um plano de pormenor. -----

----Explicou que o plano em causa tem uma área muito restrita, diz respeito à satisfação das necessidades de uma firma torriense que atua no campo dos vinhos e refere-se a uma terraplanagem que já está feita à entrada da localidade das Palhagueiras.-----

----Não se registaram intervenções pelo o que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 37 votos a favor e 2 abstenções aprovar a versão final do Plano de Pormenor do Alto do Seixinho.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.-----

-----Anota-se ainda que retomou o seu lugar o membro António João Leal da Costa bastos.-----

PONTO 12 – RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL, PARA AMPLIAÇÃO DE LAR DE IDOSOS - RUA DO RETIRO, N.º 1 – PALHAGUEIRAS - FREGUESIA DE A-DOS-CUNHADOS, REQUERIDO POR DÉCADA DOURADA - CASA DE REPOUSO, LDA, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS OP/500/1992 EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º130.º DO PDM EM VIGOR:-----

-----Presente ofício número 9119 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 1 de Agosto último a solicitar o agendamento do processo acima identificado para efeitos de ratificação da declaração de Interesse Municipal, que aprovou em sua reunião de 31.07.2012. Para o efeito informa que a aprovação não confere um carácter vinculativo a um futuro licenciamento, tem a validade de um ano trata-se de uma ampliação de um lar existente; a implantação não tem impacte significativo sobre o enquadramento paisagístico, visto que respeita a volumetria do edifício existente e a área de implantação não se encontra abrangida por nenhuma servidão legal.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que se trata da ampliação de um lar já existente, criando assim condições para acolher mais idosos.-----

-----Não se registaram intervenções tendo o Presidente da Mesa Sr. Alberto Avelino colocado à votação o ponto em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 38 votos a favor e 2 abstenções ratificar a declaração de interesse municipal, para ampliação de Lar de Idosos - Rua do Retiro, n.º 1 – Palhagueiras - Freguesia de A-dos-Cunhados, requerido por Década Dourada - Casa de Repouso, Lda, referente ao processo de obras OP/500/1992.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 40 membros.-----

PONTO 13- CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA O CENTRO CÍVICO DE SANTA CRUZ, EM CUMPRIMENTO DO ESTIPULADO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:-----

-----Presente ofício número 10125, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de Agosto findo, a remeter o processo em título visando a assunção do compromisso plurianual, cujo valor base é até €135.000,00 acrescido de IVA à taxa legal a distribuir por 2012 - €41.512,50, 2013 - €107.932,50 e 2014 - €16.605,00.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* salientou que, quer para o Centro Cívico de Santa Cruz (antigo

casino) como para o Centro de Artes do Carnaval (espaço do Matadouro) foram abertos concursos de ideias públicos nacionais, cujas equipas vencedoras elaborariam os respetivos projetos.-----

-----Assinalou que a Câmara já deliberou em devido tempo sobre as propostas e depois negociou com as equipas o faseamento do pagamento por mais do que um ano económico, estando agora em causa a autorização da Assembleia Municipal para o efeito.-----

-----O **Sr. João Bastos** disse que o assunto lhe cria algum conflito interior uma vez que as equipas projetistas estão todas sem trabalho, é uma situação dramática, não há projetos, o que é transversal.--

-----No seu entender a equipa que ganhou o concurso, deve fazer o projeto quer num caso quer noutra mas estavam a discutir um contrato de €135.000,00 e interroga-se se é oportuno encomendar agora pois não há dinheiro.-----

-----Para as questões de oportunidade que o edil fala e ter projetos em carteira, lembrou que se podem fazer projetos em 3, 4 meses. Gastar estas verbas com projetos que podem não passar do papel, podem perder atualidade, inclusive em relação a mudanças de legislação, acha um bocado imprudente.-----

-----Especificou que se não vai haver verba para construir os centros deviam aguardar e elaborar projeto de execução quando houver dinheiro. Entende que lhes cabe salvaguardar o interesse público.-----

-----O **Sr. Nozes Pires** disse que a argumentação do colega que o antecedeu é racional, mas pode-se pensar de outra maneira pois é necessário dinamizar a economia local e estes projetos são uma forma de dar emprego a empresas que estão em dificuldades.-----

-----Pode ser um fator de dinamização da nossa economia e visto que o governo não quer ter esse papel, ao menos que o tenham as Câmaras Municipais.-----

-----Teve de seguida a palavra o **Sr. Jorge Ferreira** para questionar se, independentemente do pagamento ser faseado por três anos, existe alguma perspectiva anterior a essa data para que alguma destas obras possa ser iniciada.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por esclarecer que não se trata de projetos que se façam em 3 meses sendo qualquer dos projetos muito complicados, nomeadamente o de Santa Cruz com muitas barreiras administrativas para que se venha a executar.-----

-----Disse que sempre ouviu falar que é em altura de crise que se fazem projetos, e uma Câmara como a de Torres Vedras tem que ter sempre projetos diversificados preparados. Ainda tem sérias esperanças que haja abertura de candidaturas para intervenção na orla costeira, o que não acontece há mais de dois anos, o que é inaceitável num país que quer fazer da sua costa o turismo atraente e depois de Santa Cruz não houve mais nada a nível nacional.-----

-----Nestes projetos foi salvaguardado o interesse público ao repartir o pagamento por três exercícios económicos.-----

-----Quanto à questão do membro Jorge Ferreira informou que muito embora o pagamento seja em três anos o prazo para entrega dos projetos é de dois anos, e se tiverem janelas de oportunidade em dois anos era ótimo.-----

-----Considera fundamental que a Câmara tenha projetos elaborados em diversas áreas, e têm escolas, zonas verdes e arribas da Praia azul em curso e os dois agendados na sessão. Era bom ter este tipo de equipamento cultural a norte da cidade para requalificação da zona mas e se não tiverem projeto nunca irão ter obra.-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* apelou que se avance com o projeto do Centro Cívico de Santa Cruz e que o mesmo se concretize quando for possível, pois o que está construído contíguo, é apenas uma parte do que a Câmara Municipal ao tempo aprovou por unanimidade.-----

-----Terminadas as intervenções, o Presidente da mesa submeteu à votação o ponto em título.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 32 votos a favor, 5 votos contra e 3 abstenções conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual – elaboração do projeto de execução de arquitetura e especialidades para o Centro Cívico de Santa Cruz.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 40 membros.-----

PONTO 14- CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL – ELABORAÇÃO DO PROJETO DO CENTRO DE ARTES DO CARNAVAL, EM CUMPRIMENTO DO ESTIPULADO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:-----

-----Presente ofício número 10563, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13 de Setembro, a remeter o processo em epígrafe, visando a assunção do compromisso plurianual, de acordo com o deliberado pelo Executivo em 11.09.2012, cujo valor base é até €200.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor a distribuir por: 2012- €61.500,00, 2013 - €159.900,00 e 2014 - €24.600,00.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 32 votos a favor, 5 votos contra e 3 abstenções e conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual – elaboração do projeto do Centro de Artes do Carnaval.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 40 membros.-----

PONTO 15 - AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À REDE MUNDIAL DAS CIDADES AMIGAS DOS IDOSOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09 NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

-----Presente ofício número 9453, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 8 de Agosto último a remeter a adesão em título atentas as competências do Órgão Deliberativo nesta matéria.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* explicou que o município foi convidado a integrar esta rede e na convicção que têm experiências para partilhar, muito para aprender e também ensinar, o Executivo aprovou a proposta.-----

-----O membro *João Bastos* aproveitou para dar nota que os degraus da Igreja de S. Pedro já possuem faixas anti-derrapante mas acha que as pessoas mais idosas não as vêem.-----

-----Deu nota ainda que na Rua Paiva de Andrada os degraus não são visíveis para quem desce a rua e já há registo de quedas, pelo que uma solução poderia passar por pôr faixas de calçada preta para os assinalar. -----

-----A *Sra. Claudia Ferreira* saudou a adesão em título, que só lhes pode trazer coisas boas e não acarreta custos.-----

-----Considera que os questionários a que os municípios que aderem se comprometem a aplicar, são muito positivos pois a Câmara Municipal só pode decidir bem se conhecer bem a sua população e fazer um diagnóstico da população idosa é de saudar.-----

-----A *Sra. Rita Sammer* questionou sobre a definição de sénior “acima de 55”. -----

-----Aludindo à intervenção do colega João Bastos sobre a perigosidade das escadas da Igreja de S. Pedro o *Sr. Jorge Ferreira* alertou que as que estão na lateral direita tem um declive acentuado que não tendo qualquer proteção ou sinalização poderá dar origem a quedas.-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* indicou que a proposta do Executivo em discussão é uma manifestação inequívoca que quer caminhar no sentido de superar estas situações que foram referidas de limitações de mobilidades em espaço público dos idosos.-----

-----Concluídas as intervenções passou-se à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Rede Mundial das Cidades Amigas dos Idosos.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 40 membros.-----

PONTO 16 – NOMEAÇÃO DE UM CIDADÃO ELEITOR PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ART.º 17.º DA LEI 147/99:-----

-----Presente ofício número 156/12 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de 15.06.2012 a solicitar a substituição do cidadão designado pela Assembleia Municipal, uma vez que o Sr. Diogo Guia está impossibilitado de estar presente.-----

-----O *Sr. Presidente da Assembleia* informou que tinha na mesa uma proposta subscrita pelo líder da bancada do PSD Sr. Luís Carlos Lopes a indicar a cidadã Ana Marta Belchior Ferreira da Silva Bastos para integrar a comissão em causa.-----

-----Depois deu nota da metodologia a seguir, após o que se procedeu à votação por escrutínio secreto, conforme estipula o n.º3 do art.º 90 da Lei n.º169/99, de 18.09, na sua actual redacção, com o seguinte resultado: 35 votos a favor, 1 voto contra e 5 votos brancos.-----

-----Eleita, para integrar a Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens, Ana Marta Belchior Ferreira da Silva Bastos. -----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 17 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente informação referente à atividade do município, de julho a Setembro de 2012 a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 26 de Setembro é € 4.774.957,00 e o saldo de tesouraria € 1.006.491,65.-----

-----O *Sr. Sérgio Jacinto* assinalou que as recentes alterações no centro da cidade que têm estado incluídas no programa que o município tem vindo a desenvolver “Torres ao Centro” e “Largo “Co(n)vida” tiveram na última sexta feira um momento especial frente ao monumento nacional Chafariz dos Canos, depois de devidamente enquadrado pelo projeto de arquitetura. -----

-----Disse que é tempo de Torres Vedras, à semelhança de outras cidades, ter nas placas toponímicas à entrada da cidade a simbologia própria daquelas que possuem monumentos nacionais, o que não se verifica. É no seu entender uma lacuna fácil de resolver, que poderá ter relevância do ponto de vista turístico.-----

-----Lembrou que uma das propostas do relatório da comissão das portagens da A8, foi que junto às entradas e saídas da dita via da cidade de Torres Vedras houvesse placas turísticas informativas da existência das linhas de Torres Vedras, o que igualmente ainda não se verifica, embora mais recentemente na mesma via, o Centro de interpretação da Batalha de Aljubarrota muito mais recente já tem as ditas placas.-----

-----Aproveitou para congratular-se pela promoção/participação da autarquia na criação do filme “As Linhas de Wellington”, obra que espera vir a apreciar e da qual já ouviu comentários muito positivos.-----

-----O *Sr. Marco Claudino* começou por lamentar a falta de palavra que o edil demonstrou ao retirar a proposta das freguesias ou melhor de nem sequer a apresentar.-----

-----Disse que basta ler com atenção o que o Sr. Presidente da Câmara disse no 25 de abril para perceber, ao contrário do que o membro José Augusto de Carvalho disse, que não estava dependente de nada do PSD, para o fazer. -----

-----Referiu que o edil tem sido pródigo, nesta legislatura nacional, em dar muita informação à Assembleia Municipal relativamente à troca de correspondência com o governo, lamentando que não o tenha feito num assunto tão sensível como o Pólis, sobre a redução do seu objeto contratual.---

-----A este propósito recordou há mais de dois anos, perante declarações do coordenador nacional deste programa que o PSD local avisou que a verba de €2.500.000 estava em risco mas o Sr. Presidente, como também é costume, quis assacar culpas a outros.-----

-----Assim questionou qual é verdadeiramente o ponto de situação do Pólis e quais as perspetivas para o futuro.-----

-----Entende que na política há regras e expressões que devem ficar arredadas, e o Sr. Presidente da Câmara na CimOeste referir-se a autarcas de mercenários é algo verdadeiramente lamentável, ainda por cima na base da especulação.-----

-----Considera mais lamentável ainda chamar mercenário ao vice-presidente de Torres Vedras pelo que quer solidarizar-se com todos os autarcas, em especial com o vice-presidente, porque não é de bom tom ter-lhe chamado de mercenário.-----

-----Por último congratulou-se com a celebração do protocolo com a Movijovem, relativamente à pousada da Juventude e subscreveu as palavras do colega Sérgio Jacinto, relativamente ao filme “As linhas de Wellington”, que contou com a parceria e com o reconhecimento do Ministério da Educação que muito enobrece o nosso município.-----

-----O **Sr. João Bastos** questionou para quando estava previsto a implementação do Regulamento de Estacionamento, Cargas, Descargas e Remoção de Veículos Abandonados do Município de Torres Vedras.-----

-----Pensa que também serão instaladas no estacionamento do Parque Verde da Várzea Bike Stations o que poderá ser uma maneira de levar as pessoas a estacionar e vir de bicicleta para o centro. Utilizou-se tanto tempo na elaboração e aprovação deste regulamente e queria saber quando vai ser posto em prática.-----

-----O **Sr. Jorge Ferreira** começou por congratular-se por ouvirem novamente o membro Marco Claudino, o que não acontecia há já algum tempo.-----

-----No entanto lamentou a intervenção, pela sua falta de memória do membro e por ter tido a audácia de exortar o Presidente da Câmara a que se pronuncie e a acusá-lo de falta de palavra o que lhe parece uma inverdade e injustiça na medida em que se alguém deveria ser visado por tais palavras, seria ele que há um ano atrás que começou a falar de redução de freguesias, embora depois encolhendo-se um pouco quando questionado quais.-----

-----Assim se ao colega Luís Carlos Lopes e à estrutura do PSD local podem imputar um esquecimento, um lapso ou um prolongamento de férias de cerca de um mês, no caso dele é uma ausência de praticamente um ano de quem ainda esperam uma proposta credível, que seria mais aproveitável para a Assembleia Municipal do que o facilitismo de prometendo, mas na hora da verdade não ter a coragem de assumir .-----

-----Por último sublinhou a sugestão do colega Sérgio Jacinto sobre a inclusão de alusão aos monumentos nas placas toponímicas do concelho nas auto-estradas, que considera atual e agora oportuna até pelo filme.-----

-----Aludindo ao programa Pólis o **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que correu hoje nas redes sociais a

resposta do gabinete da Ministra da Agricultura a uma pergunta de deputados sobre o financiamento, onde aparentemente se lê que a Câmara em vez de ser credora é quase devedora.-----

-----Solicitou também que o edil consociasse a resposta a esta questão, com o que vem no Badaladas referente ao abatimento de custos com revisão do projeto, que não contemplará a requalificação do Páteo Alfazema, lembrando o investimento brutal que ali fizeram.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por dizer que fazia dele as palavras do membro Jorge Ferreira quanto à intervenção do membro Marco Claudino.-----

-----Esclareceu que não há uma falta de palavra, pois trata-se de se desvincularem de um compromisso individual perante os torrienses que o PS fez, do qual foi porta voz, mediante determinados antecedentes.-----

-----Não se podem esquecer que o membro de uma forma prematura, como hoje certamente reconhecerá, veio propor à Assembleia Municipal, uma comissão que nada fez, que não fosse criar maior confusão junto dos Presidentes de Junta. Em termos de trabalho produzido e de relatório elaborado, não conhecem mais nada.-----

-----Reafirmou que é devido a essa omissão de fazer o que quer que fosse para este processo e que o PS se viu na obrigação de assumir o compromisso perante os torrienses. Mas desde junho que entregaram uma proposta ao PSD e disseram que tinha que ser subscrita por eles e se não o fosse retirariam a proposta e no fundo o que estão a fazer é isso.-----

-----Frisou que não é retirar a proposta mas é desvincularem-se de um compromisso que assumiram individualmente e sem qualquer acordo prévio. Não vão apresentar uma proposta por culpa do PSD nacional (governo) por estar com posturas que não correspondem ao interesse de Torres Vedras e também por causa da inércia, da não acção, do mutismo que tem caracterizado o PSD local nesta matéria.-----

-----Assinalou que estão expectantes para saber qual é a proposta que o PSD vai apresentar, a qual terão todo o gosto em discutir. Devem chegar-se à frente, nomeadamente o membro Marco Claudino que deve ter todos os dados possíveis e imaginários para apresentar a proposta.-----

-----Mais uma vez disse que não estão em falta de palavra, nem de compromisso com o PSD, estão a desvincular-se perante a população torriense de um vínculo, que de forma autónoma e independente assumiram.-----

-----No tocante ao Pólis, informou que entregou aos vereadores do PSD no Executivo não só a cópia do ofício, como cópia da resposta que enviou à Sra. Ministra.-----

-----Explicou que decidiu não agendar o assunto por entender que era vantajoso para o município de Torres Vedras não o fazer pois havia ainda alguma possibilidade de chegar a um entendimento.-----

-----Disse ainda que antes de agosto, antes de receberem o ofício da Sra. Ministra, a Câmara Municipal em conjunto com o gestor do Programa Pólis negociaram com a CCDR Centro uma

alternativa ao financiamento de €2.500.000, ou seja em vez de vir pelo orçamento de Estado vir via QREN o que estava assente, solução que apresentaram à tutela.-----

-----Face às razões que invocaram na resposta, tinham a esperança de chegar a um entendimento, mas também começaram a trabalhar no não entendimento. Se o estado não cumprir a sua palavra e não entregar os €2.500.000, para executarem o projeto têm que o alterar para reduzir o valor.-----

-----Assim deu nota que o projeto contempla um estacionamento que é uma das partes onerosas, porque tem um piso subterrâneo que tem que ser estanque uma vez que está em leito de cheia. Estão a pensar desvincularem-se do piso subterrâneo, ficando só à superfície com mais capacidade.-----

-----A outra alteração equacionada é na zona do Pateo Alfazema, que não é abdicar dele, mas consiste em reduzir o projeto na construção do restaurante previsto porque pode ser uma obra que possam levar a concurso no regime de conceção /construção.-----

-----Reforçou que é num cenário desses que estão a trabalhar no sentido de fazer a obra, com menos de €2.500.000 de custo e por em prática a contração do empréstimo de €2.500.000 que já foi aprovado em reunião de Executivo e Deliberativo.-----

-----No que respeita à questão do regulamento do estacionamento, o concurso para os parquímetros e para o sistema informático está na sua fase final, preste a ser adjudicado. No entanto informou que as cargas e descargas estão a funcionar, e as 57 bolsas que foram criadas também. Quanto à fiscalização que a PSP faz, é outra conversa.-----

-----Também informou que as bicicletas estão adjudicadas, tendo já hoje a Assembleia Municipal deliberado sobre a repartição de encargos. -----

-----Quanto aos mercenários lembrou que o Vereador Carlos Bernardes quando concorreu ao Sobral de Monte Agraço e foi vereador, tinha residência nesta localidade. Os Presidentes de Câmara que vão concorrer noutros Municípios por já não poderem concorrer onde são presidentes, são para ele mercenários da política, e não cumprem aquilo que é uma condição do poder autárquico.-----

-----Entende que Torres Vedras não precisa de mercenários pois tem em todos os partidos aqui representados, torrienses bons e de qualidade, perfeitamente aptos a assumir um cargo de presidente ou de vereador, não precisam de gente que nada tem a ver com Torres Vedras, como o que de alguma forma se prespetiva por parte do PSD.-----

-----Pedi novamente a palavra o **Sr. Marco Claudino** para lembrar que quando fez parte da Comissão de Acompanhamento da Reforma da Administração Local, reuniu duas vezes e depois retirou-se pelas razões que são do conhecimento de todos.-----

-----Considera que a comissão, fruto do desenvolvimento do documento verde para a proposta de lei, teve a sua evolução natural mas não podem assacar-lhe responsabilidade por algo que após proposto, foi concretizado.-----

-----Ficou reconhecido por notarem a sua falta mas nunca fala de cor pelo que citou uma frase do

discurso do Presidente da Câmara nas comemorações do 25 de Abril “Por isso aquilo que vos quero dizer, aqui porque nós PS e eu incluindo-me nos mesmos, estamos habituados assumir a responsabilidade da condução dos destinos deste concelho, assumo aqui esse compromisso em nome do PS, de nós próprios, mal a lei seja promulgada pelo Senhor Presidente da República, iremos apresentar uma proposta da reforma das freguesias” para dizer que a lei já foi promulgada mas não viram nenhuma proposta.-----

-----Igualmente pediu o uso da palavra o *Sr. Luís Carlos Lopes* para dizer que não sabe a que se refere o edil quando falou dos “mercenários” e pediu para não ser feita futurologia.-----

-----Depois dirigiu-se ao Presidente da Assembleia Municipal para lhe fazer o repto de agendar em tempo útil uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, cumprindo a lei, para que Torres Vedras não seja prejudicada.-----

-----Anunciou também que os Vereadores do executivo do PSD vão apresentar um requerimento com força protestativa, para que seja convocada, em regime extraordinário, uma reunião de Câmara para que a proposta do PS e a que o PSD apresentará, possam ser discutidas.-----

-----Acrescentou que o PSD vai apresentar uma proposta 2 ou 3 dias antes dessa data, permitindo que o PS e o edil a possa ver, mas que não vai ser muito diferente da do PS pois nunca poderá ser.---

-----Considera que têm que ser responsáveis e não podem deixar que Torres Vedras seja prejudicada e ele quer manter o maior número de freguesias, que for possível.-----

-----Quanto a convocar uma Assembleia o Presidente da Assembleia, *Sr. Alberto Avelino* disse que terá muito gosto em o fazer, desde que requerida de acordo com a lei.-----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 24.00 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
